



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1184/04	DATA: 20/10/2004
INÍCIO: 15h24min	TÉRMINO: 16h53min	DURAÇÃO: 1h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h28min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: apreciação de itens da pauta.
--

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 2ª reunião. Indago aos Srs. Parlamentares sobre a necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

Não havendo pedido de leitura, nós a colocamos em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Ordem do Dia. O primeiro item é a eleição do Terceiro Vice-Presidente. Conforme o art. 7º, do Regimento Interno, *“a eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, e maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Deputados”*.

Solicito que permaneçam em plenário até o término da reunião. Informo que recebemos a seguinte indicação para Terceiro Vice-Presidente: a Deputada Perpétua Almeida, pelo PCdoB.

Antes de iniciar o processo, esclareço que, de acordo com as lideranças, encontra-se já na cabine a seguinte cédula para Terceiro Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida. Ainda há uma cédula em branco para Terceiro Vice-Presidente, caso a escolha não recaia no nome indicado.

Será feita a chamada nominal por partido e, à medida em que forem sendo chamados, solicito ao Exmos. Srs. Deputados que, depois de assinarem a folha de votação e de posse da sobrecarta, dirijam-se ao local de votação e selecionem sua cédula colocando-a no mesmo envelope, que será então depositado na urna.

Os Suplentes serão chamados em caso de ausência dos titulares dos respectivos partidos, observada a ordem das assinaturas na lista de presença.

Vamos proceder à chamada nominal.

PT: Dr. Rosinha — S.Exa. se encontra no plenário 8, se alguém fizer a fineza de chamá-lo por alguns minutos, pois está assistindo a uma audiência pública e poderá vir aqui durante alguns minutos; em seguida, Henrique Afonso; Leonardo Monteiro; Nilson Mourão.



PMDB: Leandro Vilela; Luiz Bittencourt; Moacir Micheletto; João Carlos Bacelar; Osório Adriano; Robson Tuma; Antonio Joaquim; Sergio Caiado.

PSDB: Nilson Pinto. Em seguida, vou proceder ao meu voto.

PTB: Antonio Cruz; Josué Bengtson.

Bloco PL/PSL: Coronel Alves; Miguel de Souza.

PPS: Lupércio Ramos.

E, na seqüência, Deputado Hamilton Casara, Deputado Gervásio Oliveira, Deputada Perpétua Almeida; na seqüência, o nosso estimado Relator, Deputado Sarney Filho. *(Pausa.)*

Suplentes: João Alfredo; Nicias Ribeiro; Thelma de Oliveira; Pastor Reinaldo; João Caldas. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Sr. Presidente, só para fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Eu também era um dos candidatos junto com a Deputada Perpétua. Nós estivemos conversando e abrimos mão da candidatura em favor da Deputada. Nós entendemos que é possível viabilizar, completar a direção da nossa Comissão para iniciarmos os trabalhos que foram muito conturbados pelo processo eleitoral. Eu quero fazer esse esclarecimento de público porque houve uma conversa entre os 2 partidos. Só esse comunicado antes do meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem. Agradecemos a sua manifestação e este espírito que sempre tem caracterizado o seu trabalho de ação conjunta e de cooperação.

Na seqüência, depois do voto do Dr. Rosinha, convidamos também o Deputado Moacir Micheletto para apor o seu voto.

Submeto à consideração dos nossos pares a possibilidade de, enquanto aguardamos a chegada dos demais Deputados, poder dar seqüência à nossa pauta para ganharmos tempo, entrando no item seguinte que estaremos discutindo e, enquanto forem chegando os Deputados, interrompermos a seqüência para acolher os votos. Estão de acordo? *(Pausa.)*

Item 2 : Elaboração do Roteiro dos Trabalhos.



Elaborar um roteiro de trabalho é absolutamente indispensável para se conseguir planejar as ações estabelecendo critérios e prioridades para os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão.

A aprovação de temas e nomes sugeridos pelo Relator e sua proposta é fundamental para que possamos dar seqüência a esse trabalho. No entanto, não são somente nomes sugeridos pelo Relator que compõem a totalidade do universo de pessoas que possam ou devam ser ouvidas.

Por isso, caso os Srs. Deputados queiram apresentar requerimentos, podem fazê-lo por escrito, devidamente autenticados, entregando-os à Secretaria da Comissão com antecedência, para que sua publicação possa ser feita na Ordem do Dia das Comissões.

Como é do conhecimento de todos, o Relator Deputado Sarney Filho já apresentou a sua proposta. (*Pausa.*)

Acaba de apor o seu voto o Deputado Josué Bengtson e, agora, o Deputado Gervásio Oliveira. Já temos 9 votos.

Convidamos o Deputado Sarney Filho para nos dar a satisfação de uma rápida exposição sobre sua proposta que já foi distribuída e que é um roteiro dos trabalhos desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras membros da Comissão, eu já tive oportunidade de, com bastante antecedência, distribuir o nosso roteiro de trabalho, mas é importante ressaltarmos alguns aspectos, porque pode ser que não esteja nas mãos dos companheiros. Este roteiro não é definitivo. Ele é apenas uma proposta base para que possamos discutir em cima dele um tipo de procedimento adequado para que possamos tirar o maior proveito no sentido de resguardar a nossa biodiversidade.

Desta forma, Sr. Presidente, dividimos o trabalho da Comissão, pela nossa proposta, em 3 áreas: o tráfico de animais silvestres; a exploração e o comércio ilegal de madeira; e o acesso irregular ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Isso quer dizer o seguinte: numa vertente, vamos nos posicionar sobre o desmatamento; noutra vertente, sobre o tráfico de animais silvestres propriamente dito; e na outra, sobre a biopirataria. Acredito que essa metodologia vai facilitar os trabalhos e tornar clara, durante os processos de audiência, qual dessas agendas estaremos tratando.



E justamente dentro desse roteiro de trabalho, dando seqüência a ele, já tivemos alguns encontros informais com a nossa assessoria e com alguns membros da sociedade civil organizada ou mesmo membros do Governo que têm conhecimento a respeito dessas agendas e, a partir dessas conversas preliminares, nós apresentamos uma série de requerimentos.

Nesses requerimentos, é importante estabelecermos que ouviremos especialistas nessas diversas áreas — ouvindo, evidentemente, sempre que possível, o contraditório das opiniões aqui dadas —, e, a partir desses depoimentos, tirarmos resultados e poderemos trabalhar em cima deles.

Então, a princípio, Sr. Presidente, nobres colegas membros da CPI, o que pretendemos não é, de maneira nenhuma, já uma convocação investigativa, mas uma convocação que vai fazer com que possamos ter um espelho do problema dessas 3 áreas distintas. Então, antes de irmos buscar algumas denúncias, alguns fatos concretos, é importante que tenhamos uma noção global, uma noção condoreira de como anda cada uma dessas agendas aqui apresentadas.

Muitos dos senhores verão que em meus requerimentos extrapolei esse tipo de assunto, fiz algumas convocações que já são para esclarecimentos. São poucas essas convocações, mas elas já estão constando, porque acho que deveríamos aproveitar o *quorum* desta reunião de hoje para aprovarmos os requerimentos de convocação e de audição, convites e requerimentos de convocação, para que possamos, a partir dessa ampla aprovação, construir uma agenda de depoimentos. Quer dizer, gostaria que ganhássemos tempo. Desde já, comprometo-me a dar seqüência a tudo aquilo que for aprovado aqui, depois de discutimos qual a metodologia adotada nessas convocações. Mas, desde já, nossa principal preocupação é convocar pessoas que falem sobre políticas e dêem um diagnóstico estrutural dessas 3 agendas que acabamos de apontar aqui: o tráfico, o desmatamento e a biopirataria. Então, a nosso ver, é necessário que tenhamos uma ampla visão de cada uma dessas agendas, e, a partir dessa visão, possamos entrar no específico, na estrutura, no conjuntural. Mas, a princípio, é importante que tenhamos uma noção global sobre esses aspectos.

É por isso, Sr. Presidente, que fiz essa série de requerimentos. E vou começar a falar sobre cada um. Primeiro, seguindo a ordem...

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não precisa. É porque eu queria dar uma explicação sobre cada um deles. Mas já dei no geral, quer dizer, são pessoas que não estão vindo aqui para dar conta de determinada denúncia ou não. Vamos também encontrar algumas dessas aqui, mas são muito poucas, e, se a Comissão achar conveniente, poderemos esperar por outra convocação. O que eu quero desde já, e acho importante, é que convoquemos especialistas em determinadas áreas dessa agenda, para que possamos ter essa visão global dos problemas aqui aventados.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito obrigado, Deputado Sarney Filho, nosso Relator.

Quero registrar também que podemos contar com o voto do Coronel Alves.

A palavra está aberta aos Srs. Deputados, para opinarem a respeito da proposta de encaminhamento do roteiro de trabalhos apresentado pelo Sr. Relator.

Com a palavra o Deputado Gervásio Oliveira.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Sr. Presidente, ouvi atentamente a explanação do nobre Relator, Deputado Sarney Filho. Ela foi muito convincente. Apenas por uma questão também de enriquecer mais ainda esses 3 vieses, tenho uma proposta. Não sei se minha proposta é tempestiva ou mesmo se é legal.

Certamente, se nós deliberarmos aqui, ela passaria a ter mais um adendo, que seria exatamente a questão da exploração ilegal e do tráfico de gemas, que também é um problema que nós enfrentamos. Esta Casa já tem debatido exaustivamente esse assunto e poderíamos aproveitar esta CPI para incluir também o assunto, que é importante para esta Casa, Presidente.

Então faço esta proposta. Sei, repito, que estes 3 assuntos vão dar um trabalho muito grande para esta Comissão, mas eu acredito que possam ser acrescentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado, nós consideramos extremamente relevante, oportuna e com grande equidade a sua observação.

Sem embargo, de acordo com as normas do Regimento, nós precisamos atentos, com muito cuidado, nas CPIs, ao enfoque original, ao escopo daquilo para o qual ela foi aprovada.



Como o resultado desta CPI tem um aspecto legal muito importante e é, inclusive, quase que uma pré-denúncia, podendo, em função do resultado da CPI, virar uma pronúncia e até um inquérito e, depois, um processo, nós precisamos cumprir com muita cautela esses limites.

Uma CPI, até por determinações, por resultado de jurisprudência, não pode extrapolar os limites estreitos definidos no requerimento original. Mas a sua sugestão é tão relevante, que nós até sugerimos a oportunidade e seremos signatários, seguindo a sua orientação e o encabeçamento que der à proposição de abrir uma Comissão específica para tratar desse assunto.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Presidente Antonio Carlos Mendes Thame, eu entendo perfeitamente sua preocupação e, inicialmente, acho que esses 3 assuntos vão preencher o nosso tempo para que possamos discuti-los. Quando se fala em tráfico de animais silvestres e em exploração ilegal de madeira, temos logo os olhos voltados para a Amazônia. E um dos problemas da na Amazônia é exatamente este: a exploração ilegal de gemas e o tráfico delas também. Frequentemente, nós estamos assistindo os meios de comunicação do País denunciarem esse tráfico ilegal das nossas gemas.

A minha preocupação é a seguinte: esta Comissão, se nós deliberarmos, passará a legalizar também o assunto que estou propondo. Mas respeito e entendo perfeitamente a sua preocupação.

Ouvi às considerações do Deputado Sarney Filho e entendo perfeitamente que nós vamos ter um trabalho árduo nesta CPI. Agora, se nós aproveitássemos esta CPI e incluíssemos o assunto, acredito que daríamos um resultado positivo para a sociedade brasileira, especificamente a sociedade da Região Amazônica.

Então, eu insisto ainda com a minha proposta no sentido de consultarmos os nossos assessores e verificarmos a possibilidade de trazê-la numa outra reunião para que esta Comissão possa deliberar.

Desculpe pela minha insistência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, estou plenamente de acordo, não há nada que desculpar, acho que tem toda razão. A relevância e o seu conhecimento profundo do assunto são justificativas mais do que fortes para que reitere o pedido.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - No entanto, o que nós temos visto nesta Casa é que são inúmeras as oportunidades em que determinadas CPIs, de início, apresentam-se como uma oportunidade para que fatos análogos, extremamente semelhantes, como é o caso que acaba de sugerir, possam também ser contemplados.

No entanto, há uma vedação expressa para se aumentar... Os dirigentes da CPI, pelo art. 35 do Regimento Interno, não têm autonomia para ampliar o escopo. O fato precisa ser determinado. O escopo, determinado inicialmente na CPI, é absolutamente rígido. E isso já foi objeto de determinação em Tribunais, porque houve algumas CPIs que não levaram isso em conta, falaram: o Plenário é soberano, ele pode decidir e resolver como melhor lhe aprouver. E aqueles que depois se sentiram prejudicados pelos bons trabalhos feitos por essa CPI, naquilo em que ela estendeu a sua área de ação, recorreram e conseguiram anular totalmente o trabalho realizado.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Então, mediante a sua orientação e a consulta junto à nossa assessoria, retiro a proposta e voltamos à sua proposta inicial ou à sua contraproposta de fazer uma CPI específica para tratar sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pode contar com a minha assinatura.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dando seqüência, estão com a palavra aqueles que desejarem discutir a proposição apresentada pelo Deputado Sarney Filho.

Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Sr. Presidente, a proposição de roteiro de trabalho, inclusive, é necessária. E o fato de o Deputado Sarney ter a preocupação de resumir 3 itens de investigação, em que vamos debruçar o nosso trabalho, ajuda esta Comissão a não ficar, a exemplo de outras CPIs nesta Casa, rodeando ações, atirando para tudo que é lado e, no final das contas, ter de apressar o relatório porque não fizeram o enxugamento necessário.



As 3 questões resumem o que está mais diretamente ligado a esta CPI, que é a questão dos animais silvestres. E nós já sabemos, que se pedirmos à Polícia Federal os processos referentes a esse assunto, veremos que são muitos.

A questão do comércio e exploração ilegal de madeira e ainda o acesso irregular ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado: nós sabemos que essa coisa do conhecimento tradicional associado e o patrimônio genético é grave. No ano passado, foi uma luta muito grande para podermos retomar a patente do cupuaçu, que é uma fruta que só existe no Brasil.

Então é até uma vergonha para nós termos que travar uma briga dessa com o exterior para poder retomar aquilo que é nosso. E, como o cupuaçu, há vários outros produtos brasileiros.

Aqui mesmo na CPI, eu estou pedindo para que façamos uma visita ao Embaixador do Peru porque, ao meu ver, já está passando do limite o que está acontecendo naquela fronteira do Acre com o Peru que, desde o primeiro dia em que assumi nesta Casa, tenho levantado essa preocupação.

Já fui, em nome da Câmara, representando a Comissão da Amazônia e de Segurança Pública, junto com a Polícia Federal e o Exército, naquela região dos ashaninkas, fronteira com o Peru. Soma mais de 6 milhões de dólares o prejuízo que o Brasil, a comunidade indígena e o Acre, em especial, tiveram nos últimos meses por conta da extração ilegal do mogno, por conta do que os peruanos estão fazendo com aquela região. Está na hora de envolvermos o Itamaraty com mais afinco, discutirmos diretamente com a Embaixada do Peru sobre o quê os 2 países podem fazer. Não adianta nós fazermos somente a nossa parte, o Peru tem que fazer a dele também. E o Brasil, inclusive, fazer os cálculos dos prejuízos que estamos tendo.

Na minha opinião — a forma como o IBAMA, no Acre, tem colocado —, perdemos mais de 6 milhões de dólares, só em madeira, ultimamente.

Então, o Deputado Sarney Filho está de parabéns pela proposta de roteiro. E é isto mesmo: eu acho que, na medida do possível, enquanto vamos andando com o nosso trabalho, dentro daquilo que se propôs a CPI e foi aprovado, podemos ir acrescentando novas ações. Mas isso aqui já é um bom começo para quem tem interesse e preocupação no processo de investigação que, com certeza, vai ajudar o



Brasil, vai ajudar as comunidades tradicionais da Amazônia, principalmente, a resgatarem aquilo que é deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem.

Quero cumprimentar a Deputada Perpétua.

Há alguma nova inscrição? Se não houver, nós colocamos em apreciação a proposta de roteiro de trabalho formulada pelo Relator.

Os Deputados que estejam de acordo, que desejam aprová-la, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº 5, do Deputado Pastor Reinaldo, que solicita seja convidado o Sr. Dener Giovanini, presidente da RENCTAS, Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, para atuar como consultor junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Informo aos Srs. Deputados que esse requerimento foi declarado por mim prejudicado, de acordo com o art. 164, inciso II, do Regimento Interno, tendo em vista já ter sido aprovado, na reunião realizada no dia 15 de setembro, o Requerimento nº 1, de autoria do Deputado Sarney Filho, convidando o Sr. Dener Giovanini para prestar depoimento a esta CPI.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, V.Exa. permite-me?

Primeiro, cumprimento V.Exa. pelo acerto da decisão, mas é importante ressaltar que o Dr. Dener Giovanini, Coordenador da RENCTAS, Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres, é um ambientalista que recebeu o maior prêmio ambiental do mundo na UNESCO pelo seu trabalho, tem compromisso com a biodiversidade brasileira, é um grande cidadão brasileiro, tem relevantes serviços prestados à causa ambiental.

Portanto, a decisão da nossa Comissão e de V.Exa., baseada no nosso Regimento, encontra a nossa acolhida evidentemente. Mas é importante ressaltar que, independentemente da não formalização da colaboração do companheiro Dener Giovanini, ele está à inteira disposição da Comissão para não só pessoalmente, mas através do seu banco de dados da sua organização não governamental, ajudar-nos nessa questão.



Portanto, só para registrar, Sr. Presidente, o acerto da sua decisão de não colocá-lo, inclusive porque acho que seria uma limitação aos trabalhos dele, se, como representante de uma ONG, fosse formalmente incluído na CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço-lhe por sua manifestação.

Passamos à análise...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Antes, acatando a sua sugestão, convido o Deputado Nilson Mourão, também, para apor o seu voto para o 3º Vice.

Em seguida, passamos ao Requerimento nº 6, da Deputada Perpétua Almeida, que solicita seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre as empresas certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal.

Com a palavra a Deputada para encaminhar.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Sr. Presidente, a idéia aqui é obtermos informações das empresas que estão certificadas e que possuem o selo de manejo florestal. Porque, de certa forma, está virando moda, em alguns Estados, fazer o processo de extração da madeira irregularmente e depois falsificar um selo.

Então, para isso, é importante que, à medida em que formos depois fazer diligência nos Estados, esta CPI tenha conhecimento de quais são as empresas hoje que estão legalizadas e trabalhando de forma correta, com selo verde certificado. Assim também saberemos quais as que estão agindo ilegalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito, extremamente relevante a sua observação. Em discussão a matéria.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Item 3. Requerimento nº 7, também da Deputada Perpétua Almeida, que solicita seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério do Meio Ambiente, a respeito dos índices de exploração e comércio ilegal de madeira por Unidade de Federação, nos últimos 5 anos. Com a palavra a Deputada.



**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, sabemos que muitas informações não chegam à Polícia Federal, ao Ministério Público, ao IBAMA, portanto, não chegam ao Ministério do Meio Ambiente. Mas, se tivermos uma noção de como é que está esse processo de investigação nos Estados, será melhor.

Então, tiro por base o que está acontecendo no Acre — um Estado tão pequeno, com menos de 600 mil habitantes —, que, só nos últimos meses, teve prejuízo de mais de 6 milhões de dólares em madeira extraída ilegalmente.

Fico imaginando como é essa situação nos Estados maiores. Então, aqui também é para a CPI ter noção de como anda esse processo. E, às vezes, com um caso específico, puxa-se o fio da meada e chega-se a outros casos em outros Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem deseje se manifestar, colocamos em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Também está presente o Deputado Leonardo Monteiro. Convidamos também S.Exa. para depositar seu voto na urna, referente à eleição de Terceiro Vice-Presidente.

Item 4. Requerimento nº 8, do Deputado Sarney Filho, que solicita a convocação do Sr. Guilherme Pereira de Almeida Neto, para prestar depoimentos sobre fatos relacionados ao tráfico de animais e plantas silvestres, a exploração e comércio ilegal de madeiras e a biopirataria no País.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, conforme eu disse no começo da nossa reunião, a maioria dos meus requerimentos para convocar as testemunhas são justamente para termos uma noção, através de especialistas, sobre a situação de cada uma daquelas 3 agendas apontadas.

Sr. Presidente, este item 4 e mais o item 7 constituem duas únicas exceções. Estes, na realidade, eu os convoco para prestar esclarecimentos sobre denúncias.



Então, Sr. Presidente, como se trata neste caso realmente de testemunhas que irão depor sobre denúncias anteriormente já apontadas, eu peço a V.Exa — até por uma questão de que no futuro não sejamos surpreendidos por questões jurídicas, porque essas pessoas podem sair presas daqui, e eu não acredito que vá haver isso — que pule esses requerimentos, já que todos os outros dizem respeito apenas à conferências praticamente, e deixaríamos para votá-los quando tivesse um número exato de pessoas aqui.

Para votação dos requerimentos do item 4 e 7, seria importante que nós tivéssemos aqui presentes maioria absoluta da CPI. Só invertemos a pauta nesse caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Havendo inversão de pauta, passamos para o quinto item da pauta.

Requerimento nº 9, também do Deputado Sarney Filho: *“Solicito seja convidado o Dr. Antônio Herman Benjamin de Vasconcelos para prestar depoimento sobre fatos relacionados com o trabalho desta CPI”*.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, o Dr. Antônio Herman Benjamin é um dos mais conceituados juristas, é Procurador da Justiça do Estado de São Paulo; ele é um dos mais interessados ambientalistas; é coordenador de uma ONG jurídica sobre meio ambiente, a mais respeitada no País, e é um dos conferencistas mais ilustres a respeito desse tema.

Ele faz parte daquilo que falei inicialmente, que é de convidarmos pessoas para nos apresentar, realmente, uma visão estrutural do problema para que possamos, através dessa visão, entrar no particular.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, colocamos em votação.

Os Deputados que estiveram de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*  
Aprovado.

Antes de encerrar a votação, gostaria de proceder à apuração dos votos.

Gostaríamos de convidar para nos ajudar na apuração o Deputado Nilson Mourão e o Deputado Josué Bengtson.

*(Pausa.)*



**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** - Informo aos presentes que o número de sobrecartas coincide com o de votantes: 12 votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, vamos proceder à apuração dos votos. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** - Presidente, resultado da apuração: 12 votos para Perpétua Almeida. Nenhum branco e nenhum nulo. Eleita por unanimidade. Tem uma boa base para disputar a Presidência da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Encerrada a votação. Agradeço aos Deputados Nilson Mourão e Osório Adriano pela colaboração. Encerrada a votação, proclamamos o resultado. Deputada Perpétua Almeida eleita, por unanimidade, com 12 votos, para Terceira Vice-Presidente. Declarando-a eleita, declaro-a empossada e convido-a para assumir a Terceira Vice-Presidência da CPI da Biopirataria.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero aproveitar para agradecer aos colegas pelo fato de, como o Deputado acreano registrou, Nilson Mourão, nenhum voto em branco. Isso é bom, porque ajuda no nosso trabalho na CPI. Ao mesmo tempo, agradeço o desprendimento do Dr. Rosinha, porque, por sugestão de alguns membros da CPI para que eu fosse Vice-Presidente, S.Exa. ofereceu essa vaga ao PCdoB para que eu pudesse assumir. No entanto, ela cabia ao Dr. Rosinha. Quero agradecer ao Partido dos Trabalhadores, ao Dr. Rosinha e aos colegas de trabalho desta Casa. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nossos cumprimentos de uma forma muito especial, porque a sua eleição certamente vai valorizar os nossos trabalhos. Vamos agora para um dos requerimentos mais extensos, acho que mais importante. Gostaria de pedir uma atenção especial. É o Requerimento nº 10, do Deputado Sarney Filho, que solicita a convocação dos senhores abaixo relacionados para prestar depoimento nesta Comissão sobre fatos relacionados ao escopo do nosso trabalho. São os seguintes os convocados: Luís Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA; Eduardo Vélez Martin, Chefe do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e



Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Roberto Jaguaribe, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ione Egler, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; Maria Celeste Emerick, representante da Fundação Oswaldo Cruz no mesmo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; Deuscreide Gonçalves Pereira, representante da Fundação Nacional do Índio no mesmo Conselho; Filipe Geraldo de Teixeira, Advogado e Gerente-Adjunto de Propriedade Intelectual da EMBRAPA; Maria José Sampaio, especialista em biotecnologia e direito autoral da EMBRAPA; Hadil Fontes da Rocha Vianna, Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Antenor Pereira Madruga Filho, Chefe do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Beatriz de Bulhões Mossri, representante da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; Lauro Domingos Moretto, representante da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica no mesmo Conselho; Carlos Alfredo Joly, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, no referido Conselho; Eliana Peres Torelly de Carvalho, representante do Ministério Público Federal no Conselho; Jorge Barbosa Pontes, Delegado, Coordenador de Prevenção e Repreensão aos Crimes Contra o Meio Ambiente do Departamento de Polícia Federal; Frederico Mendes dos Reis Arruda, Professor da Universidade do Amazonas; Paulo Adário, Coordenador da Campanha para a Amazônia do Greenpeace; Roberto Smeraldi, Diretor da Organização Amigos da Terra; Juliana Ferraz da Rocha Santilli, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Sócia Fundadora do Instituto Socioambiental; Carla Arouca Belas, Assessora Jurídica do Museu Emílio Goeldi; Sarita Albagli, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Antônio Paes de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia; Gonzalo Enriquez, ex-Diretor da Associação Brasileira de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos e autor do livro *A Trajetória Tecnológica dos Produtos Naturais e Biotecnológicos Derivados na Amazônia*; Maria Thereza Wolff, engenheira química, agente de propriedade intelectual e especialista



em patentes, com ênfase na área de biotecnologia, trabalhando no escritório Dannemann, Siemen, Bigler & Ipanema Moreira, no Rio de Janeiro, tendo sido coordenadora de biotecnologia da Associação Brasileira de propriedade intelectual.

Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, dentro daquilo que já falei por duas vezes, uma no começo e outra no intervalo, estes requerimentos, primeiro, são amplos assim pelo fato de que não temos tido muito tempo para nos reunirmos e aprovarmos pontualmente cada requerimento. Todos esses aqui convocados não têm problema de nenhuma ordem. Eles são especialistas em determinados assuntos e vão, de acordo com o que nós elaborarmos aqui, prestar uma conferência, depoimentos, para nos darem uma visão de cada uma dessas agendas, na questão das florestas, na questão da biopirataria e na questão do tráfico de animais silvestres. Então, é dentro desse espírito, Sr. Presidente. Evidentemente é possível que até um ou outro desses que estão aventados aqui não seja necessária a presença, mas é só para que possamos partir de um amplo requerimento já que, Sr. Presidente, não existe aqui nesta convocação destes membros de conselhos públicos e membros de órgãos públicos nenhuma intenção e nenhuma denúncia, não existe nada por trás disso. Queremos apenas que eles nos dêem subsídios para o nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste a respeito, coloco em votação.

Os que estiverem favoráveis à aprovação, por gentileza, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo sido retirado de pauta, por solicitação do seu autor, o Requerimento nº 7, passamos para o Requerimento nº 8, do Sr. Hamilton Casara, que requer sejam convocados o Dr. Jorge Barbosa Costa, Chefe da Divisão de Repreensão a Crimes do Meio Ambiente e de Patrimônios Históricos da Polícia Federal e o Coronel Antônio Carlos de Brito Azevedo, Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental do Pará para prestar esclarecimentos a respeito dos trabalhos desenvolvidos por esta CPI.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, está em discussão?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Eu acredito, Sr. Presidente, que a intenção do requerimento do nobre Deputado Casara é a mesma nossa. Aqui não vejo nenhum ímpeto investigatório na convocação do Dr. Jorge Barbosa, que é Chefe de Divisão e Repressão de Crimes ao Meio Ambiente e também do Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental. Parece-me que a intenção do Deputado Casara é justamente trazer para nós, para esta Comissão uma visão mais aproximada desta problemática na Região Norte. Então, Sr. Presidente, a minha opinião é que deveríamos, no mesmo sentido, aprovar este requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que estiverem favoráveis, por gentileza, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na seqüência, Requerimento nº 13, também do Deputado Hamilton Casara, que requer sejam convocados o Dr. Hidebergue Ordozgoith da Frota, Reitor da Universidade Federal da Amazônia; Sr. Alex Fiúza de Mello, Reitor da Universidade Federal do Pará, e a Dra. Alexandrina Sobreira de Moura, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Meio Ambiente para prestarem esclarecimentos sobre os trabalhos desenvolvidos nas universidades e na ABEMA sobre o uso sustentável na Amazônia e o controle da biopirataria na Região.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, acredito que se trata da mesma razão do requerimento anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira manifestar-se, coloco em votação.

Os que estejam favoráveis, por gentileza, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 15, também do Deputado Hamilton Casara, que requer sejam convocados os Srs. Erney de Camargo, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Dr. Sérgio Machado Resende, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, do Ministério de Ciência e



Tecnologia e Dr. Lauro Morhy, Reitor da Universidade de Brasília — UnB, para prestarem esclarecimentos sobre os trabalhos em desenvolvimento nessas instituições sobre o uso sustentável da Amazônia e controle da biopirataria na região.

Em discussão.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** - Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Nilson Mourão.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** - Sr. Presidente, pude observar que alguns requerimentos expressam convites, outros, convocação. Em algumas CPIs que tenho trabalhado, quando não se trata de pessoas que são testemunhas dos fatos, mas aqueles que são convidados para esclarecer questões, normalmente utiliza-se o termo convite. E, se eles se recusarem a vir, então, a CPI determina a sua convocação. Então, o conjunto de requerimentos que estão aqui, todos de iniciativa do Deputado Casara, e o seguinte de V.Exa., que trata do Presidente da FUNAI, pergunto se não seria mais conveniente adotarmos o termo de convite, conforme outros requerimentos anteriores igualmente foram aprovados. Não seria mais conveniente mantermos o conteúdo e mudarmos apenas essa palavra? São essas as minhas ponderações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Sarney.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Realmente houve um requerimento aqui de convite, que estou vendo agora, que foi o do Dr. Herman Benjamin, o resto, todos os outros, foram convocações mesmo, porque tratam-se de membros ligados ao Poder Executivo. Deputado, eu também não vejo nenhuma dificuldade de se mudar isso. Eu apenas tenho comigo a preocupação, dentro desse espírito bastante claro aqui, de deixamos bem claro aqui de que as pessoas convidadas farão uma palestra. Pelo menos todas essas que foram votadas aqui não foram convocadas por acusação nenhuma, elas vão dar uma visão daquilo que entendem. Acredito que uma CPI deve sempre partir — isso é um pensamento meu, evidentemente estou dizendo que não sou fechado em cima disso — da convocação mesmo. É lógico que, como já disse, o fato de aprovarmos aqui essa convocação não quer dizer que propriamente nós vamos convocar. Aliás, a notificação — e peço isso ao Presidente



— não será como convocação, será como um convite a todas essas autoridades. No entanto, nobre Deputado, se, por ventura, eles não aceitarem esse convite, aí já está de certa forma garantida a sua convocação. Evidentemente, conforme tenho dito, vamos agir em todos esses segmentos com muita democracia, porque isso aqui é só um apanhado geral. Depois, vamos montar cada uma das sessões, dizendo quem é que deve vir, porque uma vai ser sobre biopirataria. Então, quem vamos trazer aqui? quem é especialista nisso na universidade?

Dentro dessa perspectiva, acho que não devemos diminuir o nosso poder legislativo. Não há, aí — o que já foi amplamente dito pelo autor da convocação e por aquele não estava aqui, o Deputado Casara —, evidentemente, não é uma convocação para testemunhas sobre denúncias. Mas, de qualquer maneira, são todos eles funcionários públicos federais ou vinculados a um órgão federal.

Então, tirando alguns membros de ONGs que estão aqui, eu acredito que dentro dessa perspectiva, Presidente, nós deveríamos partir para este princípio: nunca convidar, sempre convocar, porque é uma coisa que dá respeito à Comissão e não desrespeita, evidentemente, ninguém, porque não há índole de uma convocação sob pena, sob força. Ao contrário. Eu tenho certeza de que muitos desses que aqui foram convocados ou que vão ser convocados ou convidados já estiveram, inclusive, conosco, com a executiva. Já teve gente do Ministério, coordenadores, diretores.

Quero ressaltar que esse é um princípio meu, mas estou inteiramente aberto, se essa for a opinião das pessoas, em transformarmos em convite tudo o que está “convocação” aqui, porque os únicos, na realidade, que vão ser convocados mesmo por mim, nesse primeiro requerimento, é o Sr. Guilherme Pereira Neto e o Sr. Carsten Hermann Richard Roloff. Esses, sim, virão como testemunha sob imposição da lei. O resto não.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** - Relator, eu, pessoalmente, respeito o seu ponto de vista, acho perfeitamente compreensivo, mas eu faria um apelo a V.Exa. Nós estamos convidando pessoas, convocando pessoas para contribuir com a nossa Comissão. São intelectuais, professores da universidade, pessoas de ONGs., funcionários do Governo Federal, todos eles vêm para contribuir com a Comissão. O termo “convocação” é muito preciso, porque é impositivo, é obrigatório. Eu acho que não é esse o nosso espírito.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** - Agora, naturalmente, a Comissão tem amplos poderes, prerrogativas. Se tiver interesse no depoimento de qualquer um deles e eles se negarem a vir ou fazerem corpo mole, pode convocá-los mesmo. Mas eu acho que seria mais construtivo utilizarmos o termo “convite”. Acho que todos atenderiam.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Neste caso, Sr. Presidente, eu não faço nenhuma objeção. A única objeção que faço, então, é que nós deveríamos, neste caso, inverter a pauta nos requerimentos restantes do Deputado Hamilton Casara, porque ele não está aqui e não sabemos a sua opinião; se, realmente, ele deseja ou não transformar “convocação” em “convite”.

No meu caso pessoal, eu já autorizo. Desde já, está feita a modificação. Já poderíamos passar, então, para o requerimento do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que está presente e pode opinar...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não. Meus próximos requerimentos eu vou modificar. Em vez de “convocação”, vou colocar “convite”.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não, só aqueles 2 que ainda não foram votados, porque esses são convocações mesmo. Esses, aí, eu não vou transformar.

O Deputado Mendes Thame, agora, tem um que solicita a convocação do Presidente da FUNAI.

Cabe ao Deputado aqui dizer ao nosso Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem.

Resolvida essa questão, voltamos ao requerimento...

**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** - Sr. Presidente, já foi votado esse Requerimento nº 15?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não. Estamos discutindo. Por um lapso também, o Requerimento nº 14 foi pulado. Nós voltaremos a ele daqui a pouco.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O item 10 e o item 11, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Item 10 e item 11.



**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** - Item 11.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Item 11.

Estamos em votação.

Quero também informar que o requerimento foi mantido na íntegra em respeito ao autor, Deputado Hamilton Casara, mas, na realidade, o Dr. Erney de Camargo já foi convidado, já foi convocado, de acordo com o Requerimento nº 4, em reunião anterior.

Portanto, a discussão é sobre a convocação do Dr. Sérgio Machado Resende, da FINEP, e do Dr. Lauro, Reitor da Universidade de Brasília.

**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** - Exatamente a convocação do Dr. Lauro Morhy, Reitor da Universidade de Brasília, para prestar esclarecimento sobre os trabalhos em desenvolvimento nestas instituições, sobre o uso sustentável da Amazônia e controle da biopirataria na região.

O autor do requerimento não está presente. Vejo uma distância muito grande do trabalho do Dr. Lauro Morhy, de ser convocado aqui, para um assunto que tenho a impressão foge inteiramente à sua atuação no Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Já que o autor não está presente, o ilustre Deputado pode solicitar vistas. Vamos solicitar vistas e deixar para uma votação na próxima sessão.

Voltamos ao Requerimento nº14, também do Deputado Hamilton Casara, que requer a convocação do Dr. Cleyton Campanhola, Presidente da EMBRAPA, e Dr. Rômulo José Fernandes de Barros Melo, Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, a fim de prestar esclarecimentos sobre os trabalhos desenvolvidos naquelas entidades sobre o uso sustentável da Amazônia e controle da biopirataria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que estiveram favoráveis, por gentileza, permaneçam como estão.  
(*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a Presidência ao Deputado Sarney Filho, a fim de apresentar requerimento de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Item 12.



Requerimento nº16, do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame, nosso Presidente da Comissão, que solicita a convocação do Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Fundação Nacional do Índio -- FUNAI, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de venda de DNA de índios brasileiros.

Passo a palavra ao autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tivemos oportunidade de presenciar excelentes reportagens no melhor jornalismo investigativo, conduzido pelo jornalista Chico Araújo, que muito honra o jornal *Correio Braziliense*, a respeito dessas denúncias de que estaria sendo vendido pela Internet sangue de índios brasileiros. A esse respeito consideramos que é fundamental ouvirmos o que a FUNAI pode dizer a respeito, razão pela qual convocamos o Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Fundação Nacional do Índio -- FUNAI.

É claro que já se trata de um fato específico e que nós, na seqüência, ao formarmos o cronograma, deveremos evidentemente dar prioridade, dentro do espírito que o nosso Relator colocou com muita propriedade de, em primeiro lugar, tentar verificar qual o estado da arte, qual o espectro do conhecimento que temos, aproveitando tudo aquilo que já foi obtido nas CPIs anteriores, as últimas das quais também teve como Relator o próprio Deputado Sarney Filho, a fim de que a partir daí, com base nesse substrato, nesse conhecimento sobre o estado geral da situação, possamos avançar com a adição de conhecimentos específicos sobre casos específicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a Presidência novamente ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Passamos ao Requerimento nº17, do Deputado Sarney Filho, que requer a convocação de cidadãos na condição de testemunhas.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, segundo o entendimento recém-feito, peço permissão à Comissão para mudar de convocação



para convite, caindo no caso por decorrência à condição de testemunha. Fica como convidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Requer sejam convidados os seguintes cidadãos: Michael Franz Schmidlehner, Presidente da Organização Não-Governamental Amazonlink; Eliane Moreira, Coordenadora do Núcleo de Propriedade Intelectual, do Centro de Ensino Superior do Pará e uma das articuladoras da Rede Norte de Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais; Frederico Müller, ex-Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso; Moacir Pires, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, do Estado de Mato Grosso; Rodrigo Justos de Brito, Diretor de Recursos Florestais da Fundação Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso; Marília Marreco Cerqueira, ex-Presidente da IBAMA; Raimundo Lima, Diretor Executivo do INCRA para a Região Amazônica.

Tem a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, dentro daquilo que já foi amplamente exposto por mim, gostaria de convidar essas pessoas, representantes, que são especialistas nas diversas áreas das atividades que desejamos. Evidentemente, dentro do espírito de que desejamos uma ampla visão dessas respectivas agendas, a fim de que possamos, a partir daí, entrar no detalhe.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado o compromisso assumido por esta Comissão, de que se, porventura, algum dos convidados não aceitar o convite, dentro de prazos estabelecidos, evidentemente, com toda a educação, iremos promover a imediata convocação. Dentro desse entendimento, gostaria que fosse aprovado esse convite que, como já disse, não necessariamente vai decorrer no convite de todos, na presença de todos, mas deixa um amplo leque para que a Relatoria e os Deputados da Comissão possam organizar as próximas exposições públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação (*Pausa.*)

Os que forem favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.



Requerimento nº18, do Deputado Sarney Filho, que requer seja autorizado o deslocamento da CPI para Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e outras localidades na zona de fronteira do Brasil com o Peru, a Bolívia e o Paraguai, visando participar de operações conjuntas efetuadas pelo IBAMA, o Exército e outros órgãos públicos, realizar audiências públicas e todas as atividades de investigações que forem consideradas importantes nesses locais, inclusive requisição de documentos.

Antes de passar a palavra ao Deputado Sarney Filho, gostaríamos de salientar que esse requerimento, na realidade, precisa ater-se ao escopo desta Comissão, e que todas as atividades que venham a ser realizadas precisam de uma prévia aprovação, específica e pontual sobre o assunto, como bem conhece o Deputado Sarney Filho.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, isto tem tudo a ver com que a Deputada Perpétua nos preveniu no começo dessa reunião. Está havendo um contrabando de mogno na fronteira com o Peru e existem operações em curso, hoje, da Polícia Federal, juntamente com o IBAMA e com órgão estadual. Essa questão, evidentemente, faz parte do escopo da nossa Comissão, que é justamente o tráfico de madeira, a exploração ilegal de madeira. Isso tem absolutamente todo o relacionamento. Enquadra-se dentro das respectivas normas do Regimento e do escopo da convocação desta CPI. Portanto, apenas acho que é uma oportunidade da CPI se inserir dentro de um processo que tem, como já disse, toda a relevância possível, e poder também tirar, evidentemente, lições e proveitos, no sentido de que no nosso relatório possamos apontar soluções práticas para essa ilicitude, que significa o contrabando de madeira, ainda mais de madeira nobre.

É lógico, Sr. Presidente, que, associado ao tráfico de madeira, vamos ter sempre o tráfico de drogas, vamos ter também, em alguns casos, a exploração de minério, de gemas. Esses assuntos, evidentemente, na medida em que forem chegando a esta Comissão, deveremos encaminhá-los rapidamente ao Ministério Público, para que, enquanto não houver uma nova comissão específica para esses demais temas, possamos continuar com o nosso trabalho.

Sr. Presidente, ali se trata de contrabando de mogno para o Peru, e é uma operação que já está em andamento e tanto tem a ver com a nossa Comissão, que é o IBAMA, junto com a Polícia Federal, que a está realizando. Essa sugestão, Sr.



Presidente, é importante que se diga, foi nos dada pelo próprio Diretor do IBAMA, que achava conveniente que, através da presença da CPI, fosse dada uma publicidade a esse trabalho e fosse levantada a questão com maior ênfase, já que a CPI, por si só, politicamente, dá uma outra dimensão. Ela dá transparência e visibilidade a essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Sr. Presidente, eu acho procedente o pedido de visita naquela região e outras que possam vir a estar nesse processo de investigação, porque o trabalho da CPI é exatamente esse. Ali inclui essa questão do tráfico de mogno, que não tem licença hoje para ser explorado, muito menos por estrangeiros. E a idéia é exatamente a CPI acompanhar como é o processo. Para o senhor ter idéia, quando fui lá o ano passado, representando inclusive a Câmara — não deu para fazer muita coisa — consegui detectar uma pista clandestina, parte dela em território brasileiro, parte dela em território peruano, que serve exatamente para trazer os donos das empresas madeireiras, para trazer os trabalhadores que estão sendo explorados inclusive nessa retirada e transporte ilegal de mogno e no transporte da droga. Acho procedente, é correto. Precisamos divulgar esse trabalho que está sendo feito, embora eu tenha algumas preocupações e opiniões acerca da destinação que está sendo dada para a questão do mogno naquela região. Eu acho que é uma questão que nós vamos ter de discutir com o IBAMA lá no Acre, como foi a procedência daquilo ali. Mas o trabalho que está sendo feito, inclusive com mais de 12 prisões de peruanos, precisa ser elogiado. E acho importante a CPI acompanhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que estiverem de acordo, por favor, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 19, da Deputada Perpétua Almeida, que requer informações ao Ministério da Defesa sobre a Operação Mogno. Com a palavra a Deputada.



**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** - Presidente, uma questão de ordem.

Por que não fazemos essa votação em bloco?

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Pode ser. Eu justifico todos.

**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** - Isso adianta os trabalhos.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** -15, 16, 17.

**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** - 15, 16, 17 e 18.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vamos, então, ler a ementa de todos, captando a sua oportuna sugestão.

Requerimento nº 19, da Sra. Deputada Perpétua Almeida, que requer informações ao Ministério da Defesa sobre a Operação Mogno.

Requerimento nº 20, que requer informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre a Operação Mogno.

Requerimento nº 21, que requer informações ao Ministério da Justiça sobre a Operação Mogno.

Requerimento nº 22, que requer que membros desta Comissão realizem visita à Embaixada do Peru.

Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Sr. Presidente, essa Operação Mogno, na verdade, já vem ocorrendo no Acre. Tanto o Exército quanto a Polícia Federal e IBAMA fizeram ações separados e depois conjuntamente. Cada uma dessas instituições fez um relatório acerca do seu trabalho com fotografias e ações. É importante, mesmo que daqui para frente vamos acompanhar algumas dessas operações, a CPI ter aqui já a documentação para estudo e conhecimento do trabalho já feito.

Uma outra preocupação nossa, ainda acerca desse assunto, é com a Embaixada do Peru. Nós já estivemos lá no Peru, no ano passado, inclusive o Governador do Acre esteve junto, e fizemos algumas ações com o Embaixador do Brasil no Peru acerca dessa preocupação. Mas as coisas continuam acontecendo, a invasão daquele território, inclusive de área indígena, continua acontecendo. Eu acho procedente que esta CPI peça uma conversa com o Embaixador do Peru no Brasil para que pudéssemos trocar com ele essas preocupações no sentido de fazermos uma ação conjunta do Peru nesse trabalho com a Polícia Federal, o Exército e o IBAMA do Governo brasileiro.



E pudéssemos ter também, de preferência, autoridades peruanas porque vai chegar um momento, por exemplo, de descermos na pista que dá acesso a um determinado local e precisarmos da autorização do governo peruano, porque parte dela está no território brasileiro, parte no território peruano. Então, eu acho procedente que pudéssemos ter essas conversas também com o Embaixador do Peru no Brasil para trocarmos essas preocupações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Em votação os Requerimentos 19, 20, 21 e 22.

Os Deputados que estiverem de acordo, por gentileza, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Temos ainda 2 requerimentos.

Requerimento nº 8, item 4 da pauta, do Deputado Sarney Filho, que solicita a convocação do Sr. Guilherme Pereira de Almeida Neto para prestar depoimento sobre fatos relacionados ao tráfico de animais e plantas silvestres, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, conforme eu disse no começo, o Sr. Guilherme Pereira de Almeida Neto é suspeito de manter uma estrutura ilegal de apoio para estrangeiros interessados em coletas de insetos no País. A Polícia Federal apreendeu recentemente sua coleção de cerca de 9 mil insetos, mantida em Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais. Guilherme foi pego, na ocasião, colaborando com o Sr. *Motoaki Koyana*, cidadão japonês, que irregularmente em seu poder tinha 700 borboletas que seriam levadas para fora do Brasil. Isso caracteriza um crime de biopirataria, Sr. Presidente. E, como no começo da sessão nós estávamos tratando de objetos que não eram denúncias, esse trata de uma denúncia. Estou vendo que a Comissão já está com um *quorum* apropriado.

Então, Sr. Presidente, aqui se trata de uma convocação mesmo, como testemunha, para que o Sr. Guilherme Pereira de Almeida Neto possa vir aqui prestar os esclarecimentos devidos sobre essa denúncia. Quero esclarecer aos membros da Comissão de que isso não se dará logo no começo. Nós vamos, primeiro, cumprir aquele ritual de sabermos tudo, mas desde já fica aprovado o



requerimento, o que nos dará tempo para, no momento oportuno, convocar o cidadão Guilherme Pereira de Almeida Neto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que estiverem de acordo, por gentileza, permaneçam como estão.  
*(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7.

Requerimento nº 11, também do Deputado Sarney Filho, que solicita a convocação do Sr. Carsten Hermann Richard Roloff para prestar depoimento sobre fatos relacionados ao tráfico de animais e plantas silvestres, a exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País, solicitando ainda que seja oficiado ao Ministério da Justiça para que, caso o depoente se encontre fora do País, esta CPI seja imediatamente informada de sua eventual entrada no País e de seu paradeiro, visando a sua intimação para prestar depoimento perante esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, o cientista Carsten Hermann Richard Roloff, que tem esse nome enrolado todo, foi pego no País. Ele esteve em 3 Estados aqui no País e foi preso com 500 ovos de aranha na sua bagagem. Foi solto logo depois, porque nós ainda não temos — mas certamente, no fim desta nossa CPI, nós vamos recomendar — uma legislação que preveja um quadro crime de biopirataria. Esse é um problema, por isso ele foi solto. Então, a convocação desse senhor é fundamental. Aí é uma mistura, Sr. Presidente, entre biopirataria e tráfico de animais. É lógico que, no caso aqui, está claro que é biopirataria. Então, dentro do mesmo escopo daquele outro requerimento, é uma convocação, como testemunha, para que ele venha, sob os rigores da nossa legislação, prestar os esclarecimentos devidos a esta CPI, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação

Os que estiverem favoráveis a essa convocação permaneçam como estão.  
*(Pausa.)*

Aprovado.



Essa última convocação é um caso clássico de falta de legislação e mostra a necessidade de aprofundarmos nessa terceira vertente do roteiro apresentado pelo Deputado Sarney Filho. Nas duas primeiras vertentes, a de tráfico de animais silvestres e a de contrabando de madeira, as CPIs anteriores que trataram do assunto fizeram um relevante trabalho. Resta-nos agora darmos uma especialíssima atenção para aqui elaborar com muito cuidado essa legislatura, esse arcabouço jurídico, para que possamos ter também uma legislação moderna, eficiente, apurada, eficaz e eficiente a respeito da evasão do nosso patrimônio genético.

Antes de encerrar, consulto todos os integrantes se gostariam de ainda acrescentar alguma observação aos trabalhos desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, gostaria de passar já à Mesa, para que a nossa competente assessoria pudesse distribuir aos nossos membros da Comissão, uma proposta, dentro daquilo que falei, de termos uma noção geral na área de biopirataria. Sr. Presidente, poderia ser a primeira ou a segunda reunião, já convidarmos o Capobianco, a Amazon Link, o Delegado Jorge Pontes. Todos esses nós já aprovamos aqui o convite. O Sr. José Antonio Alves, do INPA, e o Sr. Peter Man de Toledo, do Museu Goeldi. E, na sugestão da segunda reunião, que aí sairíamos do item biopirataria e passaríamos para o item madeira, o Sr. Frederico Müller, o Sr. Rodrigo Brito, o Sr. Moacir Pires, a Dra. Marília Marreco e o Sr. Roberto Smeraldi. É só para que possamos já ir avançando. Daríamos, então, conhecimento aos membros da Comissão e já poderíamos começar a termos essas reuniões. Evidentemente que seriam reuniões não deliberativas, mas explicativas, que iriam enriquecer muito o nosso conhecimento sobre o assunto e apontar rumos da nossa ação.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos as sugestões que serão estudadas com todo cuidado.

Antes de encerrar, informo que a próxima reunião será agendada oportunamente em função do calendário que nos seja fornecido pela Presidência desta Casa. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a participação de todos os Deputados que integram esta Comissão. E, mais uma vez, reiterar a importância, a relevância, a oportunidade deste trabalho.

Muito obrigado por tudo.